**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 DO OBJETO**

1.1 Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviço contínuo de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas englobando dedetização, desratização, desinsetização, descupinização e desalojamento de pássaros e morcegos, em todas as áreas internas e externas, bem como o combate as larvas de mosquitos, pela licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

1.2 A contratação, de natureza contínua, observará os termos, valores, quantitativos e especificações previstos neste termo de referência, o regramento do respectivo Edital de Licitação e seus anexos, bem como demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

1.3 Os serviços contratados serão executados de forma contínua e indireta, sob o regime de empreitada por preço global, utilizando como base o preço por m² (metro quadrado) de efetiva aplicação.

1.4 O critério de julgamento a ser adotado no certame será o de Menor Preço Global.

1.5 O objeto em tela se enquadra na classificação de serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05 e Decreto nº 3.555/00.

1.6 Item único:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| A | B | C | D |
| QUANTIDADE EM METROS (M²) | VALOR UNITÁRIO DO M² (R$) | VALOR TOTAL POR APLICAÇÃO  =(AXB) | VALOR TOTAL ANUAL.  =(CX4) |
| 56.666 |  |  |  |

1.6.1 Para o correto preenchimento da planilha deve seguir os seguintes passos:

1.6.1.1 O valor do ( m²) de aplicação, coluna (B), deverá ser multiplicado pela coluna (A). Desta forma, o resultado da multiplicação comporá a coluna (C).

1.6.1.2 O valor total anual será composto pelo valor da coluna (C) multiplicado por 04, que corresponde a 04 (quatro) aplicações por ano.

1.6.1.3 O valor encontrado na coluna (D) deverá ser multiplicado por 05, que corresponde a 05(cinco) anos. Desta forma, será encontrado o valor total para contratação pelo período de 60 ( sessenta) meses.

1.6.1.4 Será efetivamente cobrada a aplicação, multiplicada pelo valor do metro quadrado, acompanhado e conferido pelo fiscal do contrato.

1.6.1.4.1 Para que a empresa possa formatar sua proposta de forma a compreender a real dimensão dos locais onde deverá ser realizado o serviço e sua complexidade, o subitem 6.1, relaciona os locais com suas devidas metragens aproximadas.

1.7 Os serviços deverão ser realizados com acompanhamento técnico e compreenderão aplicações: intrafocal e perifocal no que couber, com averiguação de todo o ambiente e aplicação de reforço sem ônus, ou seja, o procedimento envolverá tantas aplicações sejam necessárias até a obtenção de um resultado eficaz.

1.8 Especificação e quantidade de aplicações:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Tipo de Serviço | Periodicidade | Quantidade anual |
| Desintetização / Combate a escorpiões | Uma aplicação a cada três meses | 04 |
| Desratização | Uma aplicação a cada três meses | 04 |
| Descupinização | Uma aplicação a cada três meses | 04 |
| Desalojamento de pombos e morcegos | Uma aplicação a cada três meses | 04 |

1.9 O CONTRATANTE proporá um cronograma físico para a execução dos serviços objeto do presente instrumento, contendo especificações dos serviços, locais e períodos de execução.

1.10 A CONTRATADA deverá executar uma aplicação geral logo após a assinatura do Contrato, em até 5 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho.

1.11 A CONTRATADA devera dar garantia de 90 (noventa) dias após a aplicação, ou prazo maior, conforme as especificações dos fabricantes dos produtos, mesmo posteriormente ao encerramento do Contrato, iniciando com a data de finalização dos serviços contida na respectiva Ordem de Serviço.

1.12 A CONTRATADA obrigar-se-á a prestar pronto atendimento às solicitações da CONTRATANTE, com vista a eliminar a existência de insetos, baratas, ratos etc., que porventura venham a surgir, nos 90 (noventa) dias subsequentes à aplicação, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido em decorrência da aplicação anterior, dentro do prazo da garantia, bem como corrigir possíveis falhas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após à solicitação.

1.13 As chamadas para o pronto atendimento de correção (aplicação corretiva) ou de reforço não implicarão em qualquer ônus adicional ao Contrato.

1.14 A CONTRATADA deverá aplicar dentro do período tantas corretivas forem necessárias para corrigir possíveis aparições de insetos, pragas e pombos.

**2 DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

2.1. A solicitação justifica-se em função do combate a vários tipos de insetos e animais nocivos à saúde encontrados no interior e exterior das Edificações do Departamento de Polícia Federal;

2.2. Evitar a proliferação de insetos e animais transmissores de doenças tais como dengue, hantavirose, leptospirose e outros.

2.3. Assegurar e manter as boas condições de salubridade dos ambientes de trabalho, conferindo tranquilidade, bem estar e saúde dos servidores e usuários das instalações;

2.4. Atender às necessidades do DPF em obedecer a normas regulamentadoras de saúde ocupacional e segurança no trabalho, no que diz respeito à conservação de um ambiente o mais saudável possível, livre de pragas e/ou insetos – vetores transmissores de doenças;

2.5. A necessidade de prevenção contínua de proliferação de roedores, insetos e etc., nas dependências do DPF, uma vez ser ambiente, o qual deve ser o mais isento possível de malefícios à saúde, assim garantindo a manutenção e/ou preservação da saúde dos servidores e usuários das dependências.

2.6. O Departamento de Polícia Federal não dispõe de serviço próprio em seu quadro para atender a esta demanda;

2.7. A adjudicação por valor da aplicação por metro quadrado não implica em prejuízo para o conjunto do objeto ou perda econômica em escala.

2.8 A Quantidade x Demanda foi calculada com base nos anos anteriores, que a quantidade de 04(quatro) aplicações por ano se mostrou eficiente impedindo à proliferação dos animais nocivos a saúde.

**03 ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DO OBJETO**

3.1 Prestação de serviço de desinsetização, desratização, descupinização, combate a escorpiões e outros animais peçonhentos e aplicação de repelente para morcegos e pássaros nas áreas internas e externas. Tais serviços deverão ser realizados em todos os ambientes dos respectivos prédios, tais como gavetas, mesas, armários, prateleiras, banheiros, copas, portas, rodapés, caixas de inspeção de gorduras, esgotos sanitários, pluviais, caixas elétricas e telefônicas, materiais em estoques e outros locais determinados pela Contratante.

3.1.1 Do material:

a) – DESINSETIZAÇÃO: produtos de tecnologia moderna, domissanitários, com registro no GGSAN (Gerência Geral de saneantes do Ministério da Saúde), fotoestável, não corrosivo, incolor, baixo odor, ação tóxica de baixo risco ao ser humano, com acentuado efeito fulminante aos insetos e de longo efeito residual;

b) - DESRATIZAÇÃO: todos os produtos utilizados de efeito anticoagulante de dose única, de segunda geração à base de Brodifacoum, todas as iscas deverão conter Bitrex, substancia amarga ao paladar humano, utilizada para prevenir a ingestão humana;

c) – COMBATE À ESCORPIÃO: produtos à base de bendiocarde, pulverizável, com concentração a 80%;

d) - REPELENTE PARA MORCEGOS E PÁSSAROS: repelente químico para morcegos e pássaros de uso em áreas abertas e de longa duração;

3.1.1.1 Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características:

a) Não causarem manchas;

b) Serem antialérgicos;

c) Tornarem-se inodoro após 90 (noventa) minutos da aplicação;

d) Serem inofensivos à saúde humana;

e) Nas áreas onde o contato humano com o preparado químico for constante, deverá este ser de total antitoxibilidade, inodoro após, no máximo 90 (noventa) minutos da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor;

f) Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela portaria número 10/85 e suas atualizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e que também atendam a portaria número 321/97 do citado órgão.

3.1.1.2 Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e apropriados para a eliminação de: insetos, aracnídeos, escorpiões, roedores, piolhos de pássaros e, além dos citados, nas áreas de bibliotecas e nos arquivos e depósitos, deverão ser utilizados produtos para combater traças, larvas e cupins;

3.1.1.3 Os produtos utilizados não poderão causar danos à saúde humana, não devendo também a Licitante Vencedora expor seus funcionários e terceiros a exposição direta aos produtos aplicados;

**4 METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DA DEDETIZAÇÃO**

4.1. Deverá ser utilizado sistema de cruzamento envolvendo aplicação de “spray”, gel, “fog”, placas pega rato, atomizador ou outros métodos eficientes desenvolvidos após esta contratação. Os procedimentos de aplicação deverão ser executados da seguinte forma:

a) Aplicação utilizando o método “spray”: composta de produtos químicos devidamente preparados e apropriados para cada local, devendo estes serem aromáticos, inodoros, não provocarem manchas, semilíquidos, inócuos a saúde humana. Esta aplicação deverá ser utilizada em todos os espaços e locais designados neste instrumento.;

b) Aplicação utilizando o método “fog” (fumaça): esta aplicação faz-se através da utilização de equipamentos especiais, os quais queimam o inseticida e simultaneamente lançam a fumaça no ambiente dedetizado, no instante da combustão. A utilização de produtos químicos especiais, diluídos em derivados de petróleo com combustão retardada, mantém o estado de fumaça consistente por grande período. Estes produtos deverão ter as mesmas características dos produtos anteriores. Esta aplicação deverá ser utilizada nos locais de difícil acesso tais como poços dos elevadores, galerias, túneis, forros e demais locais, os quais se fizerem necessário.

c) Aplicação utilizando o método gel: Aplicação específica utilizando equipamentos especiais os quais irão aplicar o inseticida em todo o mobiliário, equipamentos eletrônicos tais como: computadores, impressoras, telefones, fax. Os produtos deverão ter as mesmas características dos anteriores;

4.2. Metodologia de Aplicação da Desratização:

4.2.1. Estas aplicações deverão ser efetuadas em todas as áreas citadas neste termo, onde se evidencie a presença dos roedores incluindo todas as áreas internas e externas das edificações;

4.2.2. Deverão ser utilizadas iscas peletizadas e parafinadas de pronto uso e pó de contato para combate aos ratos;

4.2.3. O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mau cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações;

4.2.4. Fornecimento e distribuição de placas “pega ratos” (placas contendo superfície coberta por cola aromatizada) de acordo com as demandas e indicações apontadas pela Administração do Edifício Sede, por meio do fiscal do contrato.

4.3.. Metodologia de Aplicação da Desinsetização e Descupinização

4.3.1. Pulverizador (veneno em pó): aplicado nos jardins e espelhos d’água para combate a: formigas, escorpiões, cupins, e larvas de mosquitos;

4.4. Metodologia de Aplicação para os Produtos Desalojantes de Pombos e

Morcegos

4.4.1 A Contratada deverá preparar os locais de aplicação do produto (raspagem das fezes, retirada de ninhos e filhotes e desinfecção contra piolhos);

4.4.2. A Contratada deverá inicialmente aplicar os produtos em locais nos quais estejam caracterizados a presença dos pombos e morcegos;

4.4.3. Em caso de migração para outras áreas, a Contratada deverá repetir o procedimento anterior.

**5 DOS SERVIÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO**

5.1 Dos serviços:

a) - Realizar avaliação inicial para verificação da situação atual, com emissão de relatório.

b) - Os serviços deverão ser disponibilizados dentro de um prazo máximo de 05(cinco) dias após recebimento da nota de empenho.

c) - Cada aplicação abrange os serviços constantes no objeto desde instrumento.

d) - Os mesmos deverão ser acompanhados por técnico, com averiguação de todo o ambiente e emissão de Certificado de garantia (mínimo 90dias) da aplicação com direito à aplicação de reforço sem ônus, no caso de não se atingir o objetivo desejado, até a obtenção de um resultado eficaz.

e) - Os serviços deverão ser prestados às sextas feiras ou aos sábados, ou ainda, conforme conveniência da Administração. A Administração promoverá o agendamento dos serviços notificando a Contratada com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

5.2 Da forma de pagamento:

5.2.1 O Departamento de Polícia Federal pagará a fornecedora o valor do metro quadrado cotado, multiplicado pela área contratada e após recebimento definitivo da aplicação do serviço contratado, nos prazos estabelecidos no edital, o qual este termo é parte integrante.

**06 DOS LOCAIS E DA METRAGEM**

6.1- Os locais e área a ser aplicado os produtos:

|  |  |
| --- | --- |
| **UNIDADE** | **ÁREA** |
| **Edifício Sede do DPF.** | **ÁREA TOTAL = 21.861,35 m2** |
| **DSG/COAD** | Bloco 1 (marcenaria + gráfica + transporte) =1.975,80m2  Bloco 2 (casa de peças) =58,02m2.  Bloco 3 (lavanderia) = 109,27m2  Bloco 4 (centro cultural) = 278,32x2 pavimentos = 552,64m2  TOTAL= 2.695,73m2 |
| **SIMED/CRH** | TOTAL =491,92m2 |
| **CANIL/CGPRE** | Bloco 1: TOTAL = 330,57m2  OBS. Não constam as áreas dos boxes dos cães. |
| **COT/DIREX** | Bloco 1 = 290,97m2  Bloco 2 = 361,71m2  Bloco 3 = 644,62m2  Casa de tiro = 505,08m2  TOTAL = 1.802,38m2 |
| **SANTER/DIP - DINPE/DIP.** | Bloco 1 = 1.099,33m2  Bloco 2 = 217,20m2  Bloco 3 = 275,50m2  TOTAL = 1.592,03m2  OBS. As duas unidades estão localizadas na mesma edificação. |
| **CAOP/DIREX** | Pav. Térreo = 563,52m2  Pav. Superior = 473,92m2  TOTAL =1.037,44 m2  OBS. Não consta a área da garagem para aviões. |
| **DIP;DCPQ/CGPRE; CGCSP/DIREX** | Bloco A = 667,53m2 X 2 pavimentos = 1.335,06m2  Bloco B = 667,53m2 X 2 pavimentos = 1.335,06m2  (não constam os subsolos) |
| **CTI/DG** | Area estimada 3.500m² |
| **INI/DIREX** | 2.950,00 m² |
| **INC/DIREX** | 8.716,00 m² |
| **ÁREA ESTIMADA PARA**  **CONTRATAÇÕES, INTERNA E EXTERNA** | **56.666 M²** |

6.2 – Dos endereços de execução dos serviços:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **UNIDADE** | **ENDEREÇO** |
| **1** | **Edifício Sede do DPF.** | Setor de Autarquias Sul, Quadra 6, Lote 9/10, Brasília-DF. |
| **2** | **DSG/COAD ; CTI/SIMED/CRH ; CANIL/CGPRE ; COT/DIREX ; SANTER/DIP ; DINPE/DIP; INI; INC.** | SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul, Brasília-DF / CEP 70610-902. |
| **3** | **CAOP/DIREX** | Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares, Hnagar13/14, Lago Sul. |
| **4** | **DIP; DCPQ/CGPRE; CGCSP/DIREX.** | EQSW 103/104 Lote 01, Blocos A e B, Setor Sudoeste. |

**7 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

7.1 Observar, no que couber, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e tecnologia da Informação, do ministério de Planejamento, Orçamento e gestão. Além, de critérios que preserve a saúde e a segurança do homem.

**8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Além das obrigações constantes do edital e das legalmente impostas, a CONTRATADA obrigar-se-á a:

8.1.1. Cumprir os prazos estipulados, bem como os de sua proposta comercial;

8.1.2. Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços constantes do objeto, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, alimentação, transporte, obrigações previdenciárias e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo ou acordo ou convenção coletiva;

8.1.3. Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes deste termo de referência;

8.1.4. Manter os funcionários devidamente uniformizados e/ou identificados quando em serviço deste órgão;

8.1.5. Fornecer aos seus funcionários, conforme normas de segurança do trabalho, os EPI’s (equipamento de proteção individual) quando necessários à execução do serviço deste órgão;

8.1.6. Comunicar à Coordenação de Administração qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

8.1.7. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários;

8.1.8. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas inicialmente;

8.1.9. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor em relação aos seus empregados, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os estes não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;

8.1.10. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;

8.1.11. Orientar seus funcionários a manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Polícia Federal, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento;

8.1.12. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

8.1.13. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

8.1.14. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços;

8.1.15. Responder por danos e extravios de bens materiais e/ou avarias causadas por seus funcionários ou prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com art. 70 da Lei nº. 8.666/93;

8.1.16. Aceitar, nas mesmas condições contratuais originais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o art. 65, inciso I, da Lei 8.666/93;

8.1.17. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e respectivo Contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;

8.1.18. Permitir à Fiscalização, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todas as informações e demais elementos necessários.

8.1.19. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo de imediato as reclamações.

8.1.20. Responsabilizar-se na ocorrência de inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE nem poderá onerar o objeto da contratação, razão pela qual a empresa renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

8.1.21. Não veicular publicidade acerca destes serviços, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

8.1.22. Prestar pronto atendimento às solicitações feitas pela Coordenação de Administração;

8.1.23. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, no que tange ao acompanhamento da execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados;

8.1.24. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

8.1.25. Responder por todos os ônus referentes à execução do serviço, tais como fretes, encargos sociais e legais e impostos;

8.1.26. Antes da execução dos serviços a CONTRATADA deverá fazer um mapeamento das instalações objetivando identificar o nível de infestação do local e outras informações pertinentes.

**9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. -Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

9.2. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo fornecedor, nos termos do contrato, bem como demais termos integrantes desta contratação e legislações pertinentes;

9.3 O pagamento será efetuado mediante crédito bancário, em até 30 (trinta) dias, conforme alínea “a” do inciso XIV do artigo 40, da Lei 8.666/93, contados a partir da apresentação, pela Contratada, da fatura ou Nota Fiscal.

9.4. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas, relativo aos serviços, efetivamente utilizados, de acordo com as requisições;

9.5.Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos materiais/serviços fornecidos/prestados, para que sejam substituídos/reparados;

9.6 Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços;

9.7 Permitir ao pessoal do fornecedor acesso ao local dos serviços, observadas as normas de segurança;

9.8. Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 67 de Lei n.º 8.666/93;

9.9 Além do acompanhamento e da fiscalização da execução dos serviços, o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, pode ainda, sustar qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;

9.10 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10 DA CONTRATAÇÃO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

10.1 A contratação com o fornecedor será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2 Poderá efetuar acréscimos nos quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art65§1).

10.3 A vigência dos contratos decorrentes será de 12 meses, podendo ser renovados por igual período, desde que não ultrapasse 60 meses, observado o disposto no [art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art57).

10.4 Os contratos decorrentes poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art65).

10.5O órgão convocará a fornecedora para no prazo de 05 (cinco) úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste termo de referência, no Edital e no contrato.

10.6 Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração;

10.7 O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido de serviço ou empenho no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas no contrato estará sujeito às sanções previstas no Termo de Referência e no Edital.

10.8 Antes da emissão da Nota de Empenho, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, verificação das obrigações trabalhistas e a simples consulta ao CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo, dentre outras consultas necessárias que venham a constar no Edital;

10.9 A Empresa vencedora da licitação ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação (art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993);

10.10 A Empresa deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.11 Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, ao qual competirá acompanhar e anotar as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços dando ciência à Administração para providências cabíveis.

10.12 Os serviços deverão atender as especificações mínimas descritas neste Termo de Referência;

10.13 Os serviços licitados deverão ser entregues/executados de acordo com o prazo estipulado neste Termo, sob pena de punição do fornecedor infrator, de acordo com as sanções previstas nos instrumentos integrantes deste certame;

10.14Caberá a contratada refazer o serviço, quando a falha apresentada for pertinente ao objeto pela ineficiência na execução, condição que será verificada pelo fiscal do contrato de acordo com a descrição prevista neste Termo de Referência;

10.15Caberá a contratada responsabilizar-se pelo ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento deste contrato;

10.16Os materiais empregados deverão ser de primeira qualidade, novos, aptos a atender as necessidades de uso que justificaram a contratação, ora intentada.

**11 DA VISTORIA**

11.1 Ficam facultadas as proponentes a realização de vistoria prévia dos locais de execução dos serviços, para o fornecimento de subsídios com vista à elaboração de suas propostas, devendo tal vistoria ser acompanhada por servidor indicado pelo Contratante, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61)2024-8129.

11.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

11.3 Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar Declaração, juntamente com sua proposta de preços, afirmando estar ciente que não poderá alegar desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvida ou esquecimento que possam provocar empecilho ou gerar atrasos nas instalações. Esta Declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa licitante, conforme Anexo II deste Termo de Referência – Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições e Peculiaridades.

**12 DA HABILITAÇÃO**

12.1 A Contratada deverá apresentar:

a) Prova de registro ou inscrição da empresa em uma das entidades profissionais competentes: Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura-CREA, Conselho Regional de Química-CRQ, Conselho Regional de Biologia-CRBio, Conselho Regional de Medicina Veterinária-CRMV, Conselho Regional de Farmácia-CRF, com atribuições pertinentes à área em questão;

b) Comprovante que possui em seu quadro de pessoal ou contrato firmado com prestadores de serviços, na data prevista para a entrega das propostas, responsável técnico – engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, biólogo, farmacêutico, medico veterinário ou químico, detentor de atestado de responsabilidade técnica por trabalhos de características semelhantes, em edificações não residencial, em que havido a execução de atividades pertinentes ao objeto deste Termo de Referência;

c) Atestado (s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito publico ou privado, que comprove(m) que a licitante prestou serviços com características semelhantes, em natureza e quantidade com o objeto deste Termo de Referencia;

d)O proponente deverá declarar, expressa e obrigatoriamente, Declaração de Conhecimento das Condições e Peculiaridades, conforme Anexo II. A declaração servirá para constatar se a licitante visitou as instalações para execução do serviço, inclusive que conhece todas as dificuldades que possa encontrar na execução dos trabalhos, assumindo os riscos por sua execução. **JUSTIFICATIVA:** tratando-se de serviço de dedetização, em que se consomem tubos e diversos produtos químicos, a complexidade do local a ser dedetizado deve ser levada em consideração quando da apresentação da proposta de preços. A simples indicação da área em metros quadrados não revela a complexidade do serviço. Exemplo: 400m2 de um galpão certamente consumirão menos produtos de dedetização do que os que forem usados em local com a mesma área, ocupado por diversos setores com mesas, armários, banheiros, forro, etc.

12.2 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

**13 AVALIAÇÃO DO CUSTO**

13.1 Em conformidade com o disposto no Acórdão do TCU nº 2080/2012-Plenária, a disponibilização às licitantes das informações afetas aos preços unitários e global estimados dar-se-ão apenas após a fase de lances.

13.2 Os valores a serem publicados após a fase de lances serão os valores máximos admitidos.

13.3 O custo estimado global (anual) da presente contratação é de R$ 81.032,75 (oitenta e um mil, trinta e dois reais e setenta e cinco centavos).

13.4 O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante pesquisas de preços praticados no mercado.

**14 MEDIDAS ACAUTELADORAS**

14.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**15 DA FISCALIZAÇÃO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS**

15.1 O serviço prestado será fiscalizado e atestado pelo fiscal indicado pela Coordenação de Administração observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/93;

15.2 A execução dos serviços a serem contratados, objeto deste Termo de Referência, será acompanhada por servidor indicado para atuar como fiscal do contrato, o qual deverá observar a obrigatoriedade de elaborar, mensalmente, relatório de acompanhamento, constando a medição, a avaliação do desempenho da contratada e as possíveis ocorrências relativas ao descumprimento de cláusulas contratuais, subsidiando o aceite, o atesto e a efetivação do pagamento.

15.3 A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, os serviços executados não estiverem de acordo com a descrição apresentada.

15.4 Todos os locais de aplicação deverá obrigatoriamente ter um responsável pelo acesso a todas as salas e setores.

15.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

* + 1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
    2. Apresentar documentação falsa;
    3. Comportar-se de modo inidôneo;
    4. Cometer fraude fiscal;
    5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

16.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

16.2.2 Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contrarecibo do representante legal da CONTRATADA estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a mesma apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo do Setor competente da CONTRATANTE ou de servidor especialmente designado;

* + 1. Multa:

16.2.3.1 Moratória de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de cancelamento da Ata de Registro de Preços;

16.2.3.2 Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

16.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Departamento de Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos;

16.2.4.1 Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

16.2.5 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

16.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.4 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

16.4.1 Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

* + 1. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

* 1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.9 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

16.10 As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

16.11 A Critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso for devidamente justificado pelo CONTRATADO e aceito pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

16.12 Pelos motivos que se seguem, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos itens anteriores:

16.12.1 Pela não entrega do material/inexecução dos serviços de acordo com as especificações do Termo de Referência e proposta da CONTRATADA, dentro do prazo proposto;

16.12.2 Pela recusa em refazer qualquer serviço ou repor qualquer material que for rejeitado, caracterizado se a execução não ocorrer no prazo estipulado no Termo de Referência ou outro determinado pela Administração, contados da data da rejeição devidamente notificada;

16.12.3 Pelo descumprimento de condições e prazo estipulados neste Termo de Referência, no Edital e na proposta da CONTRATADA;

16.13 Decorridos 30 (trinta) dias sem que a CONTRATA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual total, ensejando a sua rescisão;

16.14 A aplicação de multa por inexecução contratual independe da multa moratória eventualmente aplicada, ou em fase de aplicação, sendo aplicada cumulativamente.

16.15 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

* + 1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

16.15.2 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.15.3 Não devolver os documentos, tais como, Ata de Registro de preços devidamente assinada, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

* + 1. Estiverem presentes razões de interesse público.

**17 DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

17.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pelo signatário, no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando de acordo com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e, no caso de concordância, e ser aprovado pelo Sr. DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL, e será integrado ao processo licitatório.

**ALEXANDRE LUIS MACHADO PACHECO**

Agente de Polícia Federal

Matrícula 15.639

Chefe doDMAT/COAD/DLOG/DPF

Em cumprimento ao inciso II do Art. 9 do Decreto nº 5.450/2005 aprovo o presente Termo de Referência.

Brasília, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

FERNANDO DURAN POCH

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

**METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **CONCEITO DA PONTUAÇÃO A SER UTILIZADA EM TODOS OS ITENS** | | | |
| **MUITO BOM** | **BOM** | **REGULAR** | **PÉSSIMO** |
| **03 (TRÊS) PONTOS** | **02 (DOIS) PONTOS** | **01 (UM) PONTO** | **0 (ZERO) PONTO** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MÓDULOS** | **ITENS AVALIADOS** | | |
| **A** | ATENDIMENTO DAS DEMANDAS | **A1 –** PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS  **A2** – HABILITAÇÃO. | |
| **B** | EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS | **B1 –** SOLUÇÃO DE PROBLEMAS RELACIONADOS À ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.  **B2** – NORMAS TÉCNICAS E SUSTENTABILIDADE  . | |
| **RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE QUALIDADE AOS SERVIÇOS PRESTADOS** | | | |
| **DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS** | | | **PONTOS** |
| **MÓDULO A** | | |  |
| **A1 – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.** | | |  |
| 100% dos serviços efetuados no prazo estabelecido no edital e no Termo de Referência. | | | 3 |
| 99% a 80% dos serviços efetuados no prazo estabelecido no edital e no Termo de Referência. | | | 2 |
| 79% a 50% dos serviços efetuados no prazo estabelecido no edital e no Termo de Referência. | | | 1 |
| Menos de 50% dos serviços efetuados no prazo estabelecido no edital e no Termo de Referência. | | | 0 |
| **A2 – HABILITAÇÃO** | | |  |
| 100% dos itens de habilitação permanecem nas mesmas condições de habilitação do certame licitatório. | | | 3 |
| 99% e 80% dos itens de habilitação permanecem nas mesmas condições de habilitação do certame licitatório. | | | 2 |
| Entre 79% e 50% dos itens de habilitação permanecem nas mesmas condições de habilitação do certame licitatório. | | | 1 |
| Menos de 50% dos itens de habilitação permanecem nas mesmas condições de habilitação do certame licitatório. | | | 0 |
|  | | |  |
| **MÓDULO B** | | |  |
| **B1 – SOLUÇÃO DE PROBLEMAS RELACIONADOS À ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.** | | |  |
| 100% Solução de problemas relacionados à entrega e prestação dos serviços. e qualidade técnica exigida no Edital . | | | 3 |
| Entre 99% e 80% Solução de problemas relacionados à entrega e prestação dos serviços. e qualidade técnica exigida no Edital . | | | 2 |
| Entre 79% e 50% Solução de problemas relacionados à entrega e prestação dos serviços. e qualidade técnica exigida no Edital . | | | 1 |
| Menos de 50% Solução de problemas relacionados à entrega e prestação dos serviços. e qualidade técnica exigida no Edital . | | | 0 |
| **B2 – NORMAS TÉCNICAS E SUSTENTABILIDADE** | | |  |
| 100% dos materiais apresentados e aplicados estão dentro das normas técnicas, bem como atendendo a legislação ambiental em vigência. | | | 3 |
| 99% e 80% dos materiais apresentados e aplicados estão dentro das normas técnicas, bem como atendendo a legislação ambiental em vigência. | | | 2 |
| 79% e 50% dos materiais apresentados e aplicados estão dentro das normas técnicas, bem como atendendo a legislação ambiental em vigência. | | | 1 |
| Menos de 50% dos materiais apresentados e aplicados estão dentro das normas técnicas, bem como atendendo a legislação ambiental em vigência. | | | 0 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CÁLCULOS PARA OBTENÇÃO DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO** | | |
| **TOTAL DE PONTOS DOS MÓDULOS** | **PESO DA AVALIAÇÃO** | **PONTUAÇÃO MÁXIMA A SER OBTIDA** |
| **A** | **3,0** | **6** |
| **B** | **3,0** | **6** |
| **RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO** | | **12** |

**ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

**TABELA DE DESCONTO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Pontuação Atingida** | **Percentual** | **Percentual Pago** |
| 12 | 100% | 100% |
| 11 | 95% | 95% |
| 10 | 90% | 90% |
| 09 | 80% | 80% |
| 08 | 70% | 70% |
| 07 | 60% | 60% |
| 06 | 50% | 50% |
| **MENOS DE 06 PONTOS**, PONTO CRÍTICO, requer a suspensão dos serviços.  Providências: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. | | |

**A pontuação atingida até 6 (seis) pontos considera-se como FAIXA DE TOLERÂNCIA. Sendo a pontuação menor que 6 (seis) remete à imediata suspensão do pagamento até determinação da autoridade competente, não escoimadas as penalidades cabíveis**.

ANEXO II  
  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, situada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Endereço completo), por intermédio de seu responsável técnico, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , portador(a) da carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , declara, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Academia Nacional de Polícia/DPF/MJ.

LOCAL, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do declarante........................: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do declarante..............................: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Número da identidade do declarante..... : \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |
| --- |
|  |

#### CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ

(dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

**OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.**